

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL****Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

**Robson Afonso Botelho**

Secretário de Infraestrutura Hídrica

**Elianeiva de Queiroz Viana Odísio**

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

**Maria da Glória Almeida Teixeira**

Especialista Médio I

**Juliana Brito dos Santos**

Analista Técnico-Administrativo

**CMT ENGENHARIA****Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

**Carlos Danger Ferreira e Silva**

Coordenador Setorial

**Mariana Veríssimo Pacheco**

Coordenadora Setorial

**Denise Bonomo**

Inspetora Ambiental

**Juliana Márcia Andrade**

Inspetora Ambiental

**Equipe Técnica****Adriana Martins**

Analista Ambiental

**Ana Paula Alencar**

Analista Ambiental

**Fabiana Lisboa**

Analista Ambiental

**Leonardo Brilhante de Medeiros**

Analista Ambiental

**Marcello Aponte**

Analista Ambiental

**Marismar Bispo**

Analista Ambiental



**Dados da Publicação:**

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

**Realização:**

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislaine Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

**Coordenação:**

Juliana Márcia Andrade

**Pesquisa e Textos:**

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

**Ilustração e Projeto Gráfico:**

Francisco Puygcerver

Pablo Murilo

**Revisão:**

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



## LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomico de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco



MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



## ÍNDICE

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA.....</b>	<b>8</b>
3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil .....	8
3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
4.1. Fase de Instrumentação .....	13
4.1.1. Público-Alvo .....	15
4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2. Fase de Interpretação das Informações .....	16
<b>5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS .....</b>	<b>20</b>
6.1. Resultados da Memória Coletiva .....	20
6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico.....	20
6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico .....	22
6.2. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva .....	24
6.3. Pesquisa Socioeconômica .....	25
6.3.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade .....	26
6.3.2. Infraestrutura Social e Econômica .....	35
6.3.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo .....	38
6.3.4. Serviços de Apoio à Produção.....	38
6.3.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica.....	39
<b>8. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>9. ANEXOS.....</b>	<b>46</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



## 2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



### 3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

#### 3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munanga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por



“homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale lembrar, ainda, que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas



comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).

No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

### 3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negros e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).



O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.

De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



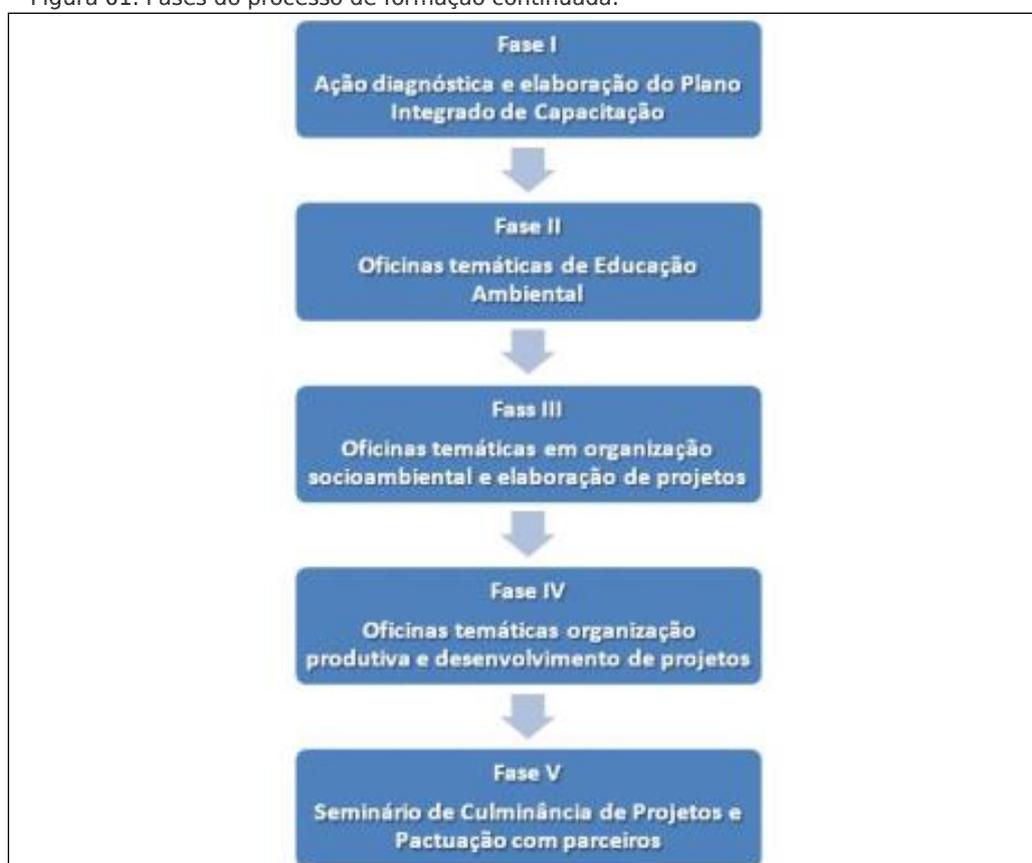
#### 4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

#### 4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua conseqüente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressados em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar



elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social, que tem como principal produto os mapas sociais, visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nestas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Depois da aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.



Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

#### 4.1.1. Público-Alvo

Comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, município de Cabrobó.

#### 4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões



apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.". Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local e, ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

#### 4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade visando à confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados, às comunidades quilombolas, aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.



Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades específicas, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



## 5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”*

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.



## 6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS

### 6.1. Resultados da Memória Coletiva

#### 6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Conceição das Crioulas propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em



sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir, representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade de Conceição das Crioulas:

Quadro 01: Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade quilombola Conceição das Crioulas.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Água encanada da RSF; água encanada do açude; água de caldeirões; água de poços; água da barragem; água de cisterna; água de pipa; água chafariz (dessalinizador)</i>	<i>Não contaminação na irrigação dos quintais na falta de água irrigada; irrigação de pequenas hortas onde não tem água de cisternas; o consumo de água no tempo das secas.</i>	<i>Falta de reservatórios; distância da estação; falta de conscientização do uso da água; má distribuição e falta de profissionais na comunidade; o uso da água de consumo para o lazer.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Coleta; poluição da água; solo contaminado; fossas; coletas em outras comunidades.</i>	<i>Redução de poluentes; perda de nutrientes; aumento de poluentes; local apropriado.</i>	<i>Falta educação ambiental frequente; falta de saneamento básico; falta do uso adequado da água; falta de colaboração das pessoas.</i>
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Posto de Saúde da Família; agente de Saúde; médicos; benzedeiras; remédios naturais; estradas de acesso as comunidades e ao centro urbano; parteiras; e pouco espaço no PSF.</i>	<i>Acesso às famílias; acompanhamento das famílias; atendimento das famílias; a utilização da medicina natural; saúde da comunidade; o parto natural; o bem-estar da família.</i>	<i>Falta de transporte (ambulância); falta plantão 24 h; falta de transporte para os agentes de saúde; falta de médicos; poucas benzedeiras; falta de pontes e mais manutenção da estrada; falta de reconhecimento para as benzedeiras; pouco espaço no PSF.</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Coleta de lixo; preservação da mata natural; menos queimadas; plantas nativas; animais silvestres; boa vontade; fazendas.</i>	<i>Ambiente mais limpo; menos assoreamento; menos erosão; manutenção da espécie; controle de insetos; realização; mais terras para quem não tem.</i>	<i>Falta de consciência; mais folhagem na terra para amortecer a queda da chuva; falta de saneamento; arborização; mais variedades de plantas; conscientização de todos; muitas terras na mão de poucos.</i>

NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Trancelim, escolas, formações políticas; grupos de danças; transportes; banda de pífano; novenas; festas de São João; Festa de Nossa Senhora da Conceição.</i>	<i>O trancelim facilita a troca de conhecimentos; a escola facilita a aprendizagem; animação na comunidade fortalece a religião.</i>	<i>Estradas de difícil acesso; quadro de administração; poucos professores da comunidade; recursos financeiros; implantar uma escola quilombola.</i>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Telefone público; grupos crioula vídeo; correio; telefone residencial. Televisão, convite boca-a-boca, celular.</i>	<i>Vizinhos, pessoas distantes, saber as notícias.</i>	<i>Comunicação de um setor para o outro; internet restrita; falta de antena para celular.</i>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Muitos parceiros (ONG, Ministério de governo, etc...); associações rurais e outros grupos; mobilizações.</i>	<i>Fortalecimento para todos os grupos dentro do território; disseminação sobre desenvolvimento/projeto; mais conhecimentos; disponibilidade de novas oportunidades; resolver outros problemas dentro da comunidade; aproveitar/beneficiar outros; apoio e ajuda de parceiros do governo; acesso a políticas públicas; organização dos movimentos.</i>	<i>Comunicação; transporte; falta de interesse de outros agentes para participar; educação; dificuldade de aproveitar os serviços e programas porque tem muitos requisitos; falta para atender atividades de grupo; divulgação das informações; falta de união; falta de cooperação; dificuldade de outros sócios de grupo em levantar dinheiro para um projeto de grupo (contrapartida).</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Produção agroecológica; monocultura (milho/feijão); criação de animais; produção artesanal.</i>	<i>Alimentos orgânicos; fortalecer a saúde; disponibilidade de produto orgânico dentro da comunidade; segurança alimentar; alimentação; adubação para a horta, roça; cultivo da terra; geração de renda; reciclagem; preservação ambiental.</i>	<i>Falta espaço; falta água; pouca chuva; precisa mais estratégia; comercialização; estrada; precisa de equipamentos; muita praga para atacar; falta de disponibilidade de outros produtos como hortaliças e frutas; pastagem; conflito com outros agricultores; roubar água (período de seca); doenças; processamento de produtos; animais; matéria-prima; escoamento; pouco pessoal; pouca participação de jovens.</i>

### 6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).



Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

### Nossas Águas e Usos

Conceição das Crioulas possui algumas alternativas de abastecimento que não são vistas nas outras comunidades quilombolas. Além um grande açude, a comunidade dispõe de cisternas e poços como fontes de abastecimento de água. Porém a principal fonte de água é a rede de abastecimento proveniente do rio São Francisco. A maior parte das casas recebe água encanada do açude ou da RSF. Na oportunidade, os moradores também citaram os caldeirões, reservatórios naturais em solos rochosos, que são considerados símbolos da comunidade e do território.

### Nosso Lixo

A comunidade é atendida pelos serviços de coleta de resíduos por parte da Prefeitura Municipal de Salgueiro e os resíduos são depositados no aterro sanitário municipal. Mas as lideranças locais não contam com a colaboração de todos os moradores para ações de manejo de resíduos sólidos e de como o lixo deve ser tratado para que não prejudique o meio ambiente. É possível visualizar resíduos espalhados nos terrenos e no açude, causando poluição do solo e do principal recurso hídrico local.

### Nossa Saúde

Existe um posto de saúde instalado na comunidade, porém os moradores alegam que o espaço é insuficiente para atender às necessidades da população. Os agentes comunitários de saúde tem um papel muito importante no desenvolvimento das ações de atenção básica, com visitas periódicas na comunidade e sítios vizinhos. As parteiras e benzedadeiras são muito valorizadas, assim como os medicamentos caseiros elaborados a partir de plantas da Caatinga.

### Nosso Meio Ambiente

Em Conceição das Crioulas já é possível observar mudanças de comportamento em relação aos recursos existentes. Os moradores já buscam alternativas de manejo do solo e da vegetação, praticam o extrativismo sustentável de algumas espécies vegetais e promovem a preservação da vegetação original controlando as queimadas.



Porém, eles ressaltam que ainda é necessária a conscientização por parte de todos os moradores, principalmente em relação à geração e destinação dos resíduos sólidos.

### Nossa Educação e Cultura

Existem três escolas na comunidade que atendem quase todos os alunos do ensino infantil ao ensino fundamental II. Alguns alunos se dirigem a outras escolas localizadas na sede do município de Salgueiro.

Os moradores apontam o artesanato local, o trancelim, os grupos de dança, a 'banda de pífanos', as novenas, as festas de São João e de Nossa Senhora da Conceição como as principais manifestações culturais.

### Nossa Comunicação

Os comunitários utilizam os principais meios de comunicação disponíveis no momento, como, por exemplo, televisão, rádio e aparelhos de telefonia celular.

A comunidade dispõe de telefones públicos e acesso à internet, porém, de alcance restrito. Em Conceição há o grupo 'Crioula Vídeo', formado por jovens que promovem e divulgam a cultura local interna e externamente.

### Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

A comunidade é muito articulada com outros grupos e instituições, sendo referência para outras comunidades quilombolas no estado e até mesmo no país neste aspecto. Organizações não governamentais nacionais e internacionais, secretarias de governo e órgãos federais são citados como parceiros, além de associações e sindicatos rurais.

### Nossos Arranjos Produtivos

Os principais produtos cultivados são o milho e o feijão, seguindo uma tendência regional. A comunidade também já pratica novas técnicas de cultivo, voltadas aos princípios da agricultura orgânica. A criação de animais também é destacada como alternativa de renda. O artesanato é motivo de orgulho para os moradores e bastante divulgado na região, com uma grande diversidade de produtos.

## **6.2. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva**

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular



o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. O grupo aprovou a proposta e considerou-a adequada à realidade local.

A proposta de capacitações do Plano foi validada conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Sócio-produtivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Apicultura;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Empreendedorismo.

### 6.3. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos



produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

### 6.3.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

#### Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas configura-se como um distrito do município de Salgueiro, estado de Pernambuco, distante 42 (quarenta e dois) quilômetros da sede do município, sendo 15 (quinze) quilômetros de estrada pavimentada e 27 (vinte e sete) quilômetros de estrada não pavimentada. Seu acesso é dado pela rodovia federal BR-116 até a estrada que dá acesso à comunidade.

A seguir, imagem representando a comunidade:



Foto 01. Vista do principal núcleo habitacional de Conceição das Crioulas.

A história da comunidade conta que a fundação surgiu a partir de seis mulheres negras que chegaram à região fugindo da escravidão, e no ano de 1802 teriam recebido a escritura das terras, feita pelo escrivão Pedro José Delgado em um cartório de Torre, localidade da Província do Rio de Janeiro.

O nome da comunidade tem origem na chegada de um homem, de nome Francisco José, que buscou abrigo na comunidade das “crioulas”, como eram chamadas as mulheres, carregando uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Em sua homenagem foi construída uma capela e a santa tornou-se padroeira da comunidade.

Relatos dos atuais moradores sempre relacionam a identidade da comunidade e seus diversos sítios à descendência de suas fundadoras, que por meio da luta pela terra e do trabalho obtiveram a legitimação do território.

Em meados do século XX, fazendeiros da região se apossaram de parte das terras ilicitamente, e de forma gradativa foram ocupando quase que a totalidade do

território. A comunidade possui documentação legal da posse das terras desde o ano de 2000, além do reconhecimento com uma das primeiras comunidades remanescentes de quilombos do país. Apesar disso, grande parte das terras ainda encontra-se em poder de fazendeiros locais.

Aspectos relacionados à mobilização social, articulação com outras comunidades quilombolas, históricos de lutas pelo território e organização produtiva são destaque na comunidade. Conceição das Crioulas é referência local, regional, nacional e internacional, com trabalhos desenvolvidos em Portugal, na Alemanha e na Itália.

A principal luta da comunidade sempre foi pela posse das terras a que lhes pertence, porém o resgate histórico e cultural é tratado de forma contundente na comunidade, com a preocupação de se passar, às gerações atuais e futuras, o histórico de lutas e resistência contra a opressão sofrida ao longo dos anos e a valorização do território como um “território cultural”.

Moradores da comunidade relatam que, em sua trajetória, a comunidade tem sofrido várias formas de exclusão e repressão que perduram até os dias de hoje. Os moradores mais antigos ajudam a recontar a história aos mais novos, buscando o resgate de tudo que já foi conquistado e também de tudo aquilo que já foi perdido. Os comunitários se organizam em reuniões na casa de familiares, na escola, nas associações existentes e até em mutirões, realizando diversos tipos de trabalhos coletivos.

Em meados da década de 80, com a necessidade de melhor se organizarem, os moradores fundaram a Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra, a ASPAPP, da comunidade circunvizinha localizada no pé da serra, constituindo-se na primeira associação do município de Salgueiro. Em 2000 é criada a Associação Quilombola Conceição das Crioulas, atuante e engajada política, cultural, social e economicamente, servindo como referência e interlocução nas lutas e interesses comuns a outras comunidades quilombolas do Estado de Pernambuco e do Brasil.

Além da vila denominada ‘Centro’, compõem o distrito de Conceição das Crioulas os sítios Amparo, Boqueirão, Riacho dos Juazeiros, Coqueiro, Chapada, Barrinha, Jatobá, Jiboia, Poço da Pedra, Garrote Morto, Mulungu, Olho d’Aguinha, Curtume, Angico dos Lúcius, Queimadas, Rodeador, Paus Brancos, Vila União e Paula. Os moradores consideram o principal núcleo habitacional do distrito e todos os sítios circunvizinhos como o território quilombola de Conceição das Crioulas.

### População

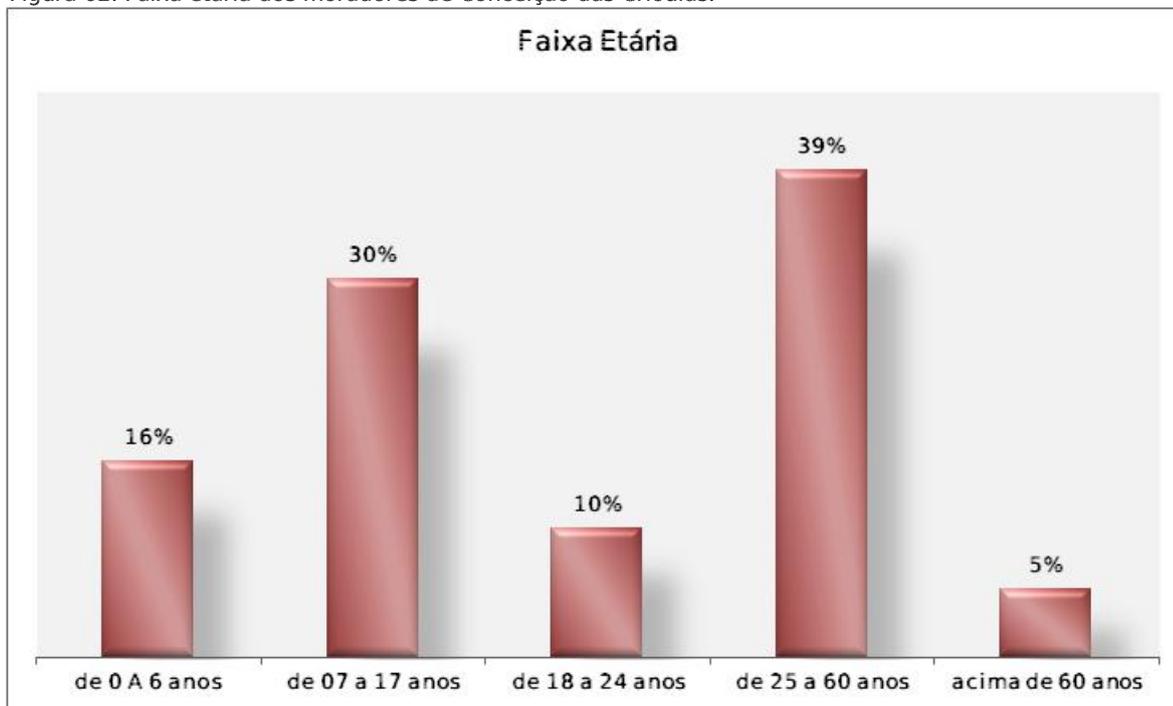
A comunidade é composta por, aproximadamente, 800 (oitocentas) famílias e 3600 (três mil e seiscentos) moradores. O perfil populacional demonstra que esta



comunidade apresenta uma faixa etária média predominante entre 25 (vinte e cinco) e 60 (sessenta) anos.

A faixa etária da população é demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 02. Faixa etária dos moradores de Conceição das Crioulas.

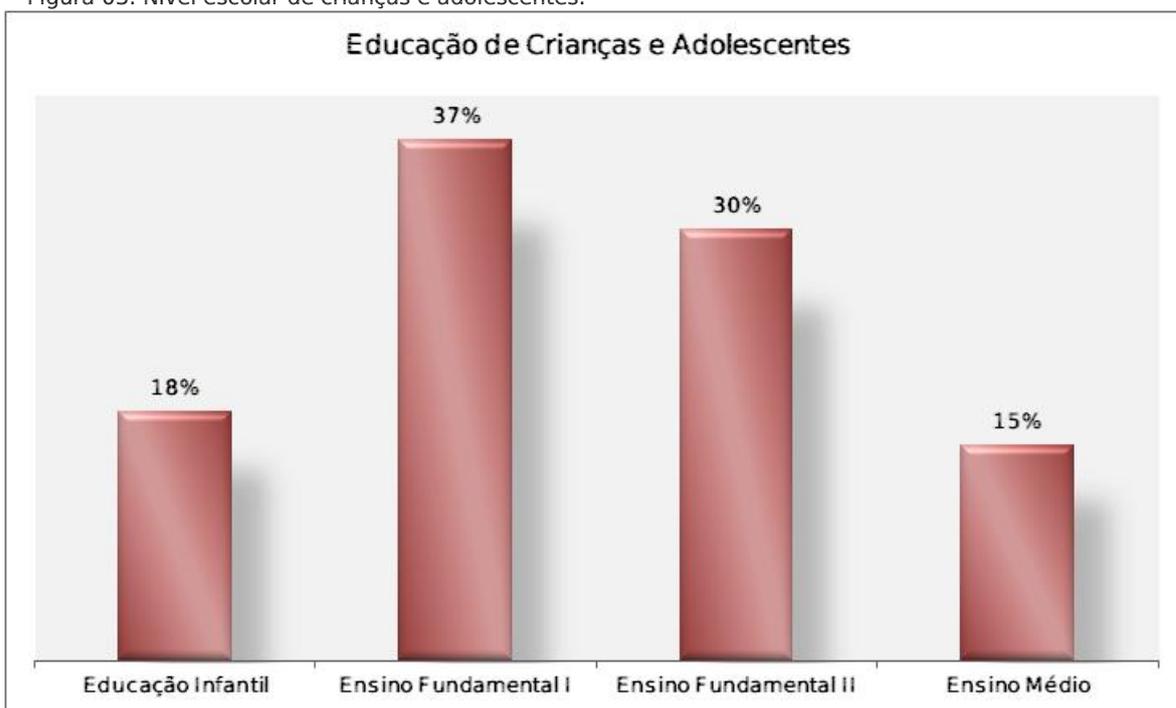


### Educação

Em Conceição das Crioulas existem três escolas, duas municipais e uma estadual. A Escola Municipal Professor José Mendes, a Escola Municipal José Nêu de Carvalho e a Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Rosa Doralina Mendes. Estas oferecem do ensino infantil ao ensino médio (somente na escola estadual) e ainda há uma biblioteca pública na comunidade.

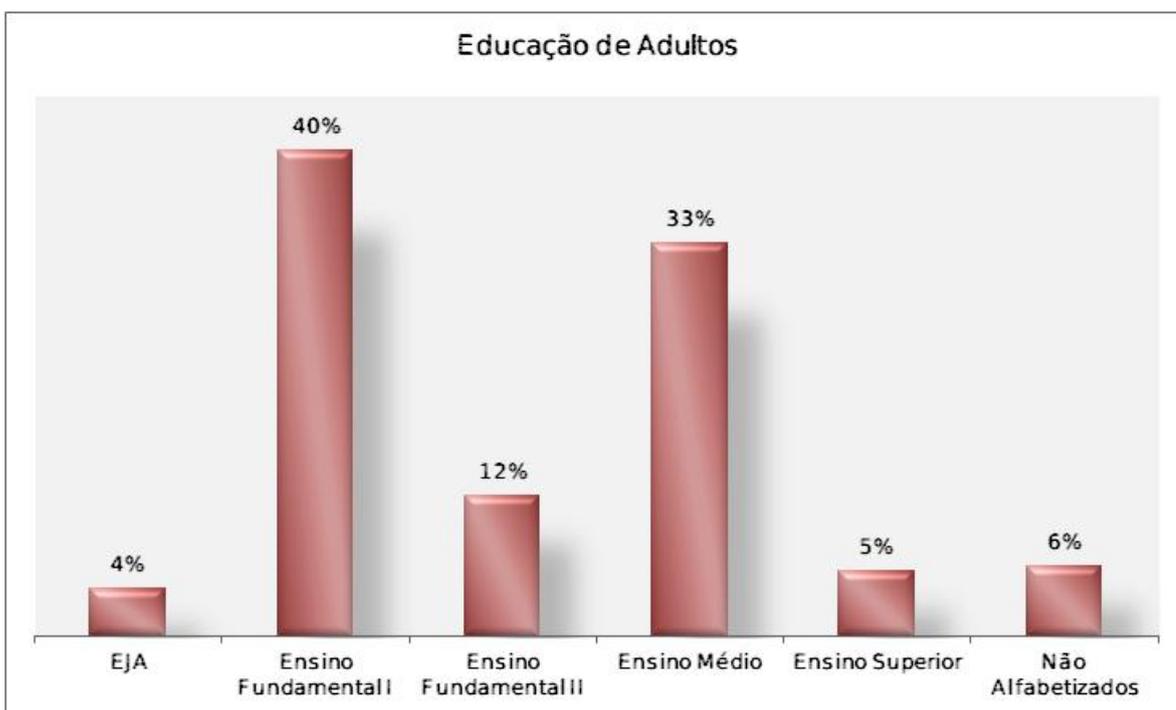
No que diz respeito ao nível escolar dos estudantes, é observado uma distribuição equilibrada de crianças e adolescentes nos três níveis escolares, ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. Segundo os dados coletados a partir dos questionários, 37% cursam o ensino fundamental I, 30% cursam o ensino fundamental II e 15% cursam o ensino médio. Entre os adultos, os índices podem ser considerados satisfatórios devido ao número de estudantes matriculados nos ensinos médio e superior.

Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, o gráfico demonstra a escolaridade da população adulta:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.



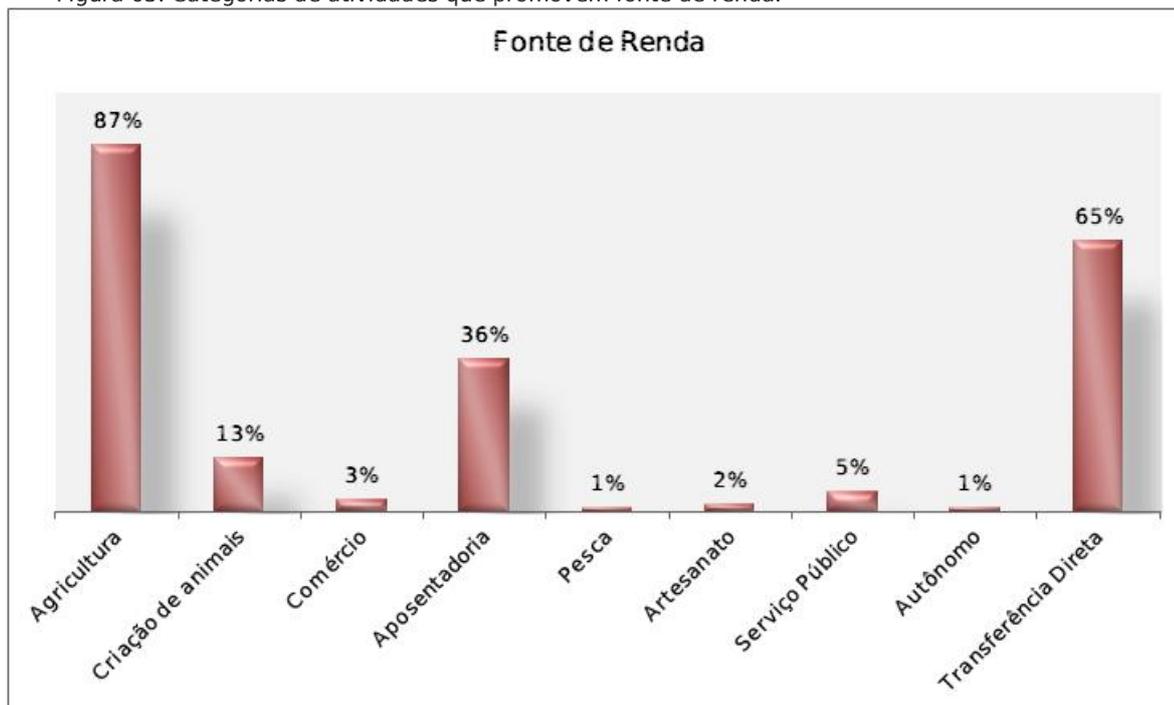
Fonte de Renda

Na maior parte dos casos, a renda advém da venda de produtos agrícolas e da aposentadoria de muitos moradores. Estes produtos agrícolas são comercializados, em sua maioria, na feira da própria comunidade, que ocorre uma vez por semana, em

barracas improvisadas nas ruas. Porém, grande parte da população admite não comercializar a produção, utilizando os produtos para consumo próprio, caracterizando a predominância da agricultura de subsistência. Alguns produtores de umbu comercializam a polpa da fruta diretamente com a Prefeitura Municipal de Salgueiro, em parceria para distribuição de merenda escolar.

O gráfico a seguir demonstra as principais fontes de renda em Conceição das Crioulas:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



### Manifestações Culturais

As festas de São Gonçalo, de Agosto, de Nossa Senhora da Conceição, que é a padroeira da comunidade, Festa da Conclusão, onde estudantes e familiares comemoram a conclusão escolar e a oportunidade de acesso ao estudo, assim como os festejos de São João e as novenas religiosas, são as principais manifestações culturais da comunidade. Nestas festas as danças mais comuns são o trancelim, uma dança tradicional onde as pessoas dançam ao som de uma banda de pífanos; o bumba-meu-boi; o Toré; o forró e a dança de São Gonçalo, tradicionalmente passadas de geração a geração. Na música, algumas manifestações são bem difundidas na comunidade, como a banda local de pífanos, os sanfoneiros e os percussionistas.

As manifestações de dança e a música são muito marcantes na comunidade, e os moradores acreditam que a identidade do grupo é enraizada de forma fiel aos antecedentes históricos, que permeiam as tradições quilombolas.



## Organização Comunitária e Movimentos Sociais

A comunidade é representada pela Associação Quilombola Conceição das Crioulas (AQCC), criada no ano de 2000 e com sede própria na comunidade. Os grupos religiosos e de dança e música, citados anteriormente, também representam movimentos sociais importantes para os comunitários, principalmente por envolver a camada mais jovem da população. A Associação é a principal responsável pelo desenvolvimento do associativismo em outras comunidades quilombolas do estado, contribuindo para a criação de novas associações e para a promoção de parcerias voltadas à produção, associativismo, cultura e desenvolvimento local. Na comunidade, atuam também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, o Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais (MMTR), organizações governamentais nacionais e internacionais.

Como anteriormente mencionado, Conceição das Crioulas é referência estadual e nacional quanto à organização social, servindo de modelo para muitas comunidades que ainda buscam fortalecer a atuação de suas associações.



Foto 02. Sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas.

## Regularização Fundiária

Certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, os moradores se identificam como tal. A área que reivindicam enquanto território quilombola foi decretada pelo INCRA como área de interesse social, e encontra-se em processo de desinversão, etapa final da regularização da posse da terra. Para algumas propriedades já foram emitidos os títulos de posse, totalizando uma área de 1.315 (mil trezentos e quinze) hectares aproximadamente. A comunidade ainda reivindica outras propriedades que consideram fazer parte do território de Conceição das Crioulas, aguardando parecer do órgão responsável.

### Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A comunidade relata a presença de muitas instituições parceiras, com maior destaque para o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Cultural Palmares (FCP), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, Ministério da Integração Nacional (MI), Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), Via Campesina, Prefeitura Municipal de Salgueiro e Secretaria de Educação de Salgueiro.

Conta ainda com a parceria de organizações internacionais como a Action-AID, organização não governamental internacional que promove trabalhos sociais em diversos países, a Heifer, organização internacional filantrópica de desenvolvimento rural com ênfase à soberania alimentar, e a Identidades, organização portuguesa que promove um intercâmbio artístico entre alguns países de língua portuguesa, como Cabo Verde, Moçambique, Brasil e Portugal.

Os moradores afirmam que estas instituições são parceiras da comunidade principalmente nas questões ligadas à produção, associativismo, cultura e desenvolvimento local.

### Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

Conceição das Crioulas faz limite ao sul com Cacimba do Jatobá, ao leste com a Serra Redonda, ao oeste com Malhada dos Passinhos e ao norte com a Serra do Urubu.

O início da ocupação de Conceição das Crioulas se deu próxima onde hoje se encontra a igreja da comunidade. Parte das terras encontra-se ainda em posse de fazendeiros, e a comunidade busca outras formas de aproveitamento do território, renegando involuntariamente alguns de seus potenciais de exploração, pois as cercas impedem grande parte das atividades historicamente desenvolvidas na comunidade, como a coleta de frutos nativos e o extrativismo de fibras vegetais.

Entre as potencialidades locais mais exploradas está a retirada da fibra do caroá, planta típica da Caatinga, que é utilizada para a confecção de bolsas, bonecas, jogos e painéis. A fibra do caroá e o artesanato proveniente dela são alguns dos principais símbolos culturais de Conceição. As bonecas que são produzidas representam a história de luta das mulheres quilombolas de Conceição das Crioulas, segundo os moradores. O umbu é um fruto muito representativo para a comunidade, sendo manejado com sucesso na maioria dos anos. As atividades restritas ao caroá e ao umbu também foram ficando limitadas devido à invasão do território. O barro encontrado em algumas serras é utilizado para a produção de painéis, potes, copos, colares e brincos.



A produção do algodão está, historicamente, associada ao processo de aquisição da posse da terra por parte das seis mulheres que chegaram ao local. Porém, com a ocupação por parte dos fazendeiros, essa atividade perdeu força e deu lugar a outros cultivos.

A área que abrange a comunidade de Conceição das Crioulas e seus sítios limítrofes ainda comporta grandes áreas de Caatinga preservada, principalmente no alto e nas encostas das serras. Essas áreas ainda são utilizadas para pastagens de caprinos e ovinos, para a coleta do umbu, do barro e das fibras do caroá.

Apesar de reconhecida pelo Governo Federal como uma das primeiras comunidades remanescentes de quilombos e possuir documentação legal desde o ano de 2000, a comunidade ainda enfrenta os mesmos problemas de quando ainda não era reconhecida, como invasão de fazendeiros e difícil acesso até a sede do município.

### Expectativas da Comunidade

A comunidade deseja obter uma melhor compreensão de alguns temas, como:

- Capacitação para o uso sustentável, conservação e proteção da água;
- Capacitação em gestão e proteção do solo;
- Oficina sobre desertificação e mudanças do clima;
- Oficina para formação e instalação de viveiros;
- Curso de direito fundiário e gestão de conflitos;
- Capacitação e oficina para destinação adequada do lixo;
- Curso de combate a pragas, doenças agrícolas e agroecologia;
- Oficina de estratégia de marketing e vendas;
- Curso de processamento de produtos animais e vegetais;
- Oficina para desenvolvimento na elaboração de projetos para captação de recursos e associativismo;
- Oficina de sistema de redes e sinergia;
- Curso de uso de internet e comunicação em rede;
- Capacitação em gestão territorial com foco na educação.

### Arranjos Produtivos

Os principais gêneros alimentícios produzidos na comunidade são o feijão e o milho, cultivados por 97% das famílias entrevistadas. Há ainda o cultivo de uma grande



variedade de hortaliças, melancia, banana, abóbora e mamão, entre outras. Em relação à criação de animais, cria-se principalmente bode, galinha, porco, boi, e ovelha, com produção também voltada ao consumo das famílias.

De acordo com informações, 64% das famílias tem acesso a programas governamentais, relacionados, principalmente, à produtividade agrícola, sendo 61 (sessenta e uma) famílias cadastradas no Programa Garantia-Safra, e outras 21 (vinte e uma) que possuem o crédito rural do Pronaf.

A seguir, os gráficos representam a produção agrícola e a criação de animais em relação ao percentual de famílias entrevistadas:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.

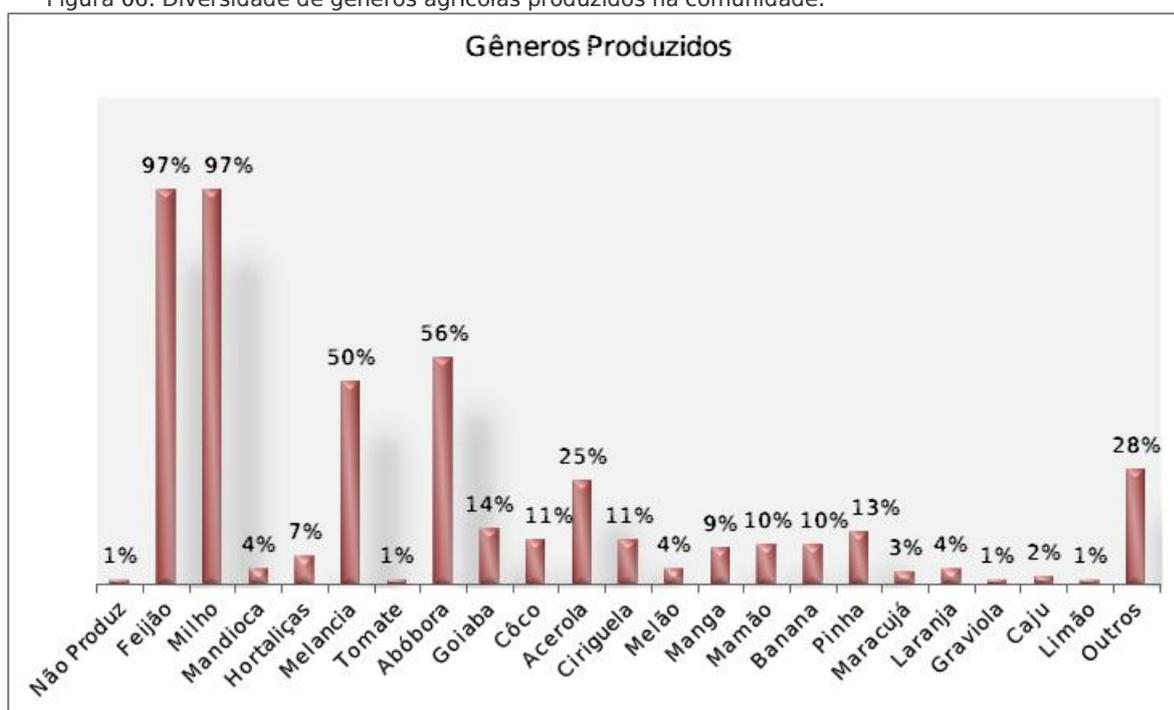
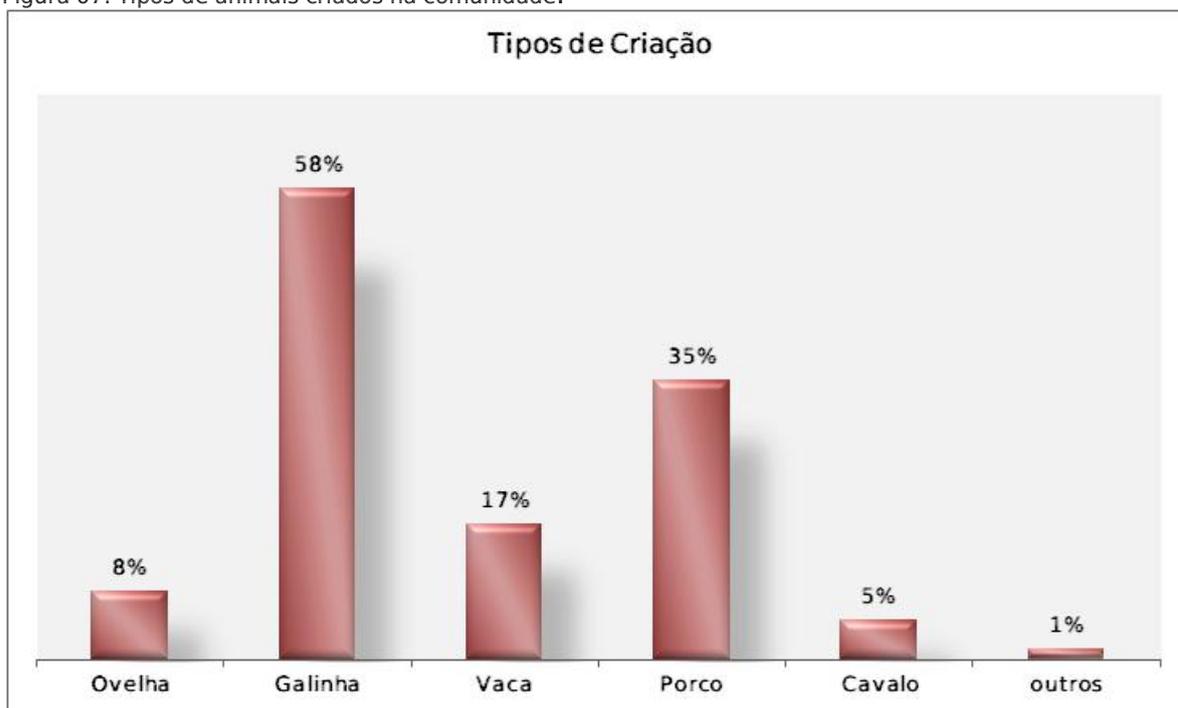


Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



### 6.3.2. Infraestrutura Social e Econômica

#### Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

Existem na comunidade poços, cisternas e barragens como fontes de captação de água, porém as principais fontes de abastecimento de água são a rede de abastecimento proveniente do rio São Francisco, exclusiva para a comunidade e oriunda do município de Belém do São Francisco, e a rede encanada procedente de um grande açude existente na comunidade, o Açude Conceição das Crioulas. Devido a esta característica, o fornecimento de água na comunidade não é tão afetado durante o período de estiagem como é visto em outras comunidades quilombolas da região do semiárido nordestino.

Existem ainda os caldeirões de pedra, reservatórios naturais de água, que além de representarem reservas importantes nos períodos mais secos, configuram-se como grande elo de socialização. Os caldeirões são símbolos da comunidade que, em períodos chuvosos, são limpos em mutirões fortalecendo os laços de união existentes. Cada caldeirão recebe o nome de um morador, como, por exemplo, o caldeirão de “Seu Virgínio” e o caldeirão de “Seu Raimundo”.

Há problemas de abastecimento quando ocorre alguma falha na rede ou em períodos mais extensos de seca. Até os dias de hoje os moradores ainda tem que recorrer aos caldeirões, cacimbas, poços artesianos, cisternas e barragens existentes na comunidade. Destaca-se na comunidade o uso de cisternas de captação de água da

chuva, com 39% das famílias entrevistadas relatando que fazem uso deste método. Menos da metade (46%) das famílias entrevistadas garantem receber água encanada em seus domicílios.

- Efluentes Domésticos

A comunidade de Conceição das Crioulas não possui rede de esgoto adequada e a maioria dos domicílios lança seus efluentes a céu aberto. Alguns domicílios possuem fossas domésticas, construídas pelos próprios moradores e/ou através de parceiras como o convênio MI/FUNASA, que possibilitou a construção de fossas sépticas em 83 casas.

- Coleta e Destinação do Lixo

Em Conceição das Crioulas a coleta de resíduos sólidos é realizada pelo município de Salgueiro. Na comunidade é realizada a coleta seletiva que atinge quase a metade dos domicílios (42%), a outra metade, (54%) dos domicílios, ainda pratica a queima dos resíduos. Duas vezes por semana, um caminhão contratado pela Prefeitura de Salgueiro coleta e transporta os resíduos sólidos produzidos na comunidade até o aterro sanitário do município.

Apesar disto, ainda é possível observar uma grande quantidade de lixo espalhada pelos terrenos, tanto nos quintais como nas áreas comuns da localidade. A gestão dos resíduos é uma questão que a comunidade vem trabalhando de forma mais contundente, porém ainda esbarra na falta de consciência de muitos moradores.

### Energia Elétrica

A comunidade de Conceição das Crioulas possui energia elétrica em praticamente todas as casas. Apenas 1% dos entrevistados não tem acesso à rede de energia elétrica.

### Saúde

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) é realizado no posto de saúde localizado na própria comunidade, inaugurado no ano de 2000. Os comunitários relatam que o PSF não possui um espaço suficiente e adequado para o desenvolvimento das ações de saúde desenvolvidas pelas equipes de saúde. Apesar de considerar que o espaço para atendimento precisa ser ampliado, a comunidade considera o posto como a melhor alternativa para a maioria dos casos que necessitam de atendimento.

A comunidade ressalta a importância das benzedadeiras e parteiras tradicionais da própria comunidade, bem como o uso das plantas medicinais e remédios caseiros oriundos da Caatinga. É comum relatos de moradores que afirmam nunca terem



utilizado remédios comuns, pela variedade de plantas que sempre utilizaram tradicionalmente. Agentes de saúde visitam a comunidade periodicamente, pelo menos uma vez ao mês, e nos sítios mais afastados em média a cada dois meses. Consideram que as famílias são bem atendidas e bem acompanhadas e atribui a qualidade da saúde local principalmente à utilização de remédios caseiros e à alimentação saudável.

### Educação

Como citado anteriormente, a comunidade possui três escolas. A Escola Municipal Professor José Mendes tem esse nome em homenagem ao primeiro professor negro da comunidade. Quando foi fundada, a escola possuía apenas o ensino fundamental, mas agora conta com ensino médio e com formação para professores da comunidade.

No ano de 2011 foi concluída a obra da Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Rosa Doralina Mendes. Esta escola atende alunos apenas do ensino médio e, apesar de ainda não ter sido inaugurada oficialmente, já funciona desde fevereiro de 2012. Há ainda a Escola Municipal José Néu de Carvalho, fundada a mais de cinquenta anos, que atende alunos do ensino fundamental até o 5º ano e oferece ainda o EJA – Educação de Jovens e Adultos. Os moradores consideram à existência das escolas na comunidade como um grande benefício adquirido e de fundamental importância para o desenvolvimento local, pois o transporte escolar até o município de Salgueiro é precário e a distância é relativamente longa, dificultando a rotina dos estudantes, principalmente os que estudam no período noturno. A comunidade também conta com a existência de uma biblioteca pública, muito utilizada pelos moradores.



Foto 03. Escola Municipal Professor José Mendes, em Conceição das Crioulas.

### Comunicação

A comunidade não possui acesso adequado a veículos de comunicação. O uso da internet é limitado, e a ausência de antena para telefonia celular e a carência de telefones públicos na localidade limitam mais ainda a comunicação dos moradores. Há



somente seis telefones públicos em toda a comunidade. Os principais veículos de comunicação são as conversas entre os moradores, a televisão e o rádio. A comunidade conta com um ponto de recolhimento dos correios e algumas residências possuem telefone residencial. Muitos comunitários consideram a Associação, a Casa Comunitária Francisca Ferreira, a Casa da Juventude e o grupo cultural Crioula Vídeo, que também funciona na sede da Associação, como os principais espaços de interlocução da comunidade. Os estudantes são considerados um importante meio de divulgação de informações, pois contribuem para transmiti-las entre a sede do distrito e os sítios vizinhos.



Foto 04. Casa da Comunidade Francisca Ferreira, importante espaço de interlocução local.

### 6.3.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

#### Recursos Naturais

A comunidade faz o beneficiamento da polpa do umbu, fruto nativo da Caatinga, que é retirado de umbuzeiros dentro do território quilombola. A polpa é comercializada diretamente com a Prefeitura Municipal de Salgueiro e distribuída para escolas na merenda escolar. O caroá, também nativo da Caatinga, é fonte de matéria-prima para a confecção de produtos do artesanato local, e também é retirado de dentro dos próprios limites do território. Estes dois produtos fornecem fonte de renda para muitas famílias da comunidade.

### 6.3.4. Serviços de Apoio à Produção

#### Assistência Técnica

Segundo as lideranças locais, a maior parte das famílias (96%) da comunidade de Conceição das Crioulas não possui assistência técnica relacionada às atividades de produção ou outras áreas. Fortalecem suas técnicas e relações de trabalho a partir de parceiros não governamentais e da própria associação local.



### 6.3.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas é constituída aproximadamente por 800 (oitocentas) famílias, 3600 (moradores) e sua população possui uma faixa etária predominante entre 25 (vinte e cinco) e 60 (sessenta) anos.

As três escolas da comunidade atendem a maior parte dos estudantes. Duas escolas municipais oferecem o ensino infantil e o ensino fundamental, enquanto a escola estadual oferece o ensino médio. A educação é muito valorizada pelos comunitários, que investem em formações educativas e equipamentos de informática, buscando atrair os jovens para espaços sociais como, por exemplo, a biblioteca, localizada na sede da associação. Segundo os dados coletados durante a ação diagnóstica, a comunidade possui um alto índice de pessoas estudando, sendo que mais de 86% da população cursa algum grau escolar

A agricultura é essencialmente de subsistência, com excedentes comercializados na feira local. Alguns produtores iniciam uma nova perspectiva de produção, voltada à agricultura orgânica. A falta de assistência técnica específica dificulta o desenvolvimento desta modalidade.

O artesanato, os grupos de dança e música e as celebrações religiosas são considerados como as principais manifestações culturais da comunidade. A Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira e que dá nome à comunidade, é a principal celebração do ano.

A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas é atuante na região e auxilia no fortalecimento de outras associações quilombolas. A partir dela, a comunidade estabelece parceria com um grande número de órgãos, empresas e instituições, com projetos voltados principalmente à cultura e tradição locais.

Conceição das Crioulas foi certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, e o seu processo de regularização fundiária encontra-se na fase de desinstituição, com parte do território já regularizado.

A comunidade é abastecida por rede de água encanada oriunda do rio São Francisco, e além deste benefício possui um açude de médio porte, o Açude Conceição das Crioulas, que atende as principais demandas da comunidade. Também existem poços, cisternas e uma barragem. Ainda assim, os moradores relatam que a comunidade passa por períodos de escassez de água, principalmente por falhas técnicas na rede de abastecimento. Durante esses períodos de estiagem, os moradores dependem de carros pipa fornecidos pela Prefeitura Municipal de Salgueiro.

O sistema de coleta de resíduos do município atende a localidade, apesar da distância da sede municipal. Porém, os moradores lamentam a falta de consciência de muitos



frente à esta questão. A quantidade de resíduos espalhados nos terrenos e nas margens do açude demonstra que a coleta não tem sido suficiente para resolver a gestão de resíduos da comunidade.

Há um posto de saúde que atende os comunitários, mas segundo os moradores não atende a todas as necessidades devido ao seu tamanho limitado e ausência de profissionais. A presença constante de uma ambulância e o funcionamento durante 24 (vinte e quatro) horas são reivindicações da comunidade para melhorias na saúde local.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas caracteriza-se principalmente pela sua organização social, baseada na atuação decisiva de sua associação de moradores, a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). A alta densidade populacional da comunidade também é uma característica peculiar em relação a outras comunidades quilombolas da região, com aproximadamente 3.600 moradores. Conseqüentemente a estas duas particularidades, Conceição apresenta maior poder de articulação e mobilização com outras comunidades e instituições.

Apesar de ser atendida pela coleta municipal de resíduos, o comportamento de alguns moradores frente a esta questão ainda preocupa as lideranças locais. Infelizmente, mesmo com forte poder de mobilização, é possível visualizar uma grande quantidade de resíduos espalhados nos terreiros e quintais.

O Açude Conceição das Crioulas é o maior reservatório de água local, representando a garantia deste recurso para os moradores. Os 'caldeirões', que são reservatórios naturais de água também são citados como fontes de abastecimento, e historicamente sempre foram utilizados em períodos mais críticos de escassez, além de representarem símbolos culturais da comunidade. Os quilombolas de Conceição sempre lutaram pela posse do território que ocupam, e mesmo após o reconhecimento enquanto quilombolas e regularização de parte das terras que reivindicam, ainda enfrentam problemas com proprietários de terras vizinhas. Esta questão é conduzida de forma pacífica, não havendo conflitos maiores. Porém, as limitações do território impossibilitam que pratiquem algumas atividades, como o extrativismo de fibras vegetais e a coleta do umbu. A agricultura ainda é voltada à subsistência das famílias, mas novas perspectivas de produção já apresentam resultados satisfatórios, baseadas em técnicas e métodos da agricultura orgânica.

A comunidade investe no poder da educação formal e não formal e do associativismo, a partir da inserção de jovens nas atividades sociais locais. As escolas se apresentam como espaços sociais para diversas atividades, com envolvimento das crianças e jovens comunitários em oficinas, projetos e apresentações artísticas. O artesanato de Conceição das Crioulas é referência regional, com marca própria e ponto de comercialização na comunidade, possibilitando maiores perspectivas de geração de renda para os moradores. A fibra do caroá, vegetal nativo da Caatinga, é a principal matéria prima para a confecção dos produtos.

A atuação de organizações governamentais também é marcante na comunidade, como projetos que são voltados à cultura e tradição dos quilombolas. Como exemplo, foi criado o grupo 'Crioulas Vídeo', a partir de parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) e com a ONG portuguesa Identidades. Um grupo de jovens foi capacitado em produção audiovisual e com o desenvolvimento do trabalho foram estabelecidas



trocas de experiência com outros países de língua portuguesa com atuação do Grupo Identidades, como Moçambique e Cabo Verde. Este momento foi marcante para a comunidade, pois a partir deste grupo podem registrar e contar sua própria história, já que a comunidade é referência nacional e objeto de estudo e pesquisa no âmbito da formação de comunidades quilombolas. O grupo já apresentou trabalhos em festivais nacionais e internacionais, estimulando a comunidade e a própria Associação a valorizar e investir nas atividades audiovisuais.

A articulação com outras comunidades quilombolas, principalmente no estado de Pernambuco, apresenta-se também como grande potencial local, com a AQCC auxiliando na criação e desenvolvimento de outras associações quilombolas da região. Muitas comunidades formaram associação e se articularam entre si somente a partir de parceria com a AQCC.



## 8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco. Tempo e Presença**. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view)> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). *Brasil Afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>> Acesso em: 19/01/2012;

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

*SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <[http://www.seppir.gov.br/copy\\_of\\_acoes](http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes)> (2008). Acesso em 30/12/2011*

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>> Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.



**Escravidão e Resistência em Pernambuco.** Disponível em:  
<[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe\\_escravidão.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidão.html)> Acesso  
em: 26/03/2012.



## 9. ANEXOS

**Anexo I:** Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

**Anexo II:** Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



**QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO**

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Água encanada da RSF; água encanada do açude; água de caldeirões; água de poços; água da barragem; água de cisterna; água de pipa; água chafariz (dessalinizador)</p>	<p>Não contaminação na irrigação dos quintais na falta de água irrigada; irrigação de pequenas hortas onde não tem água de cisternas; o consumo de água no tempo das secas.</p>	<p>Falta de reservatórios; distância da estação; falta de conscientização do uso da água; má distribuição e falta de profissionais na comunidade; o uso da água de consumo para o lazer.</p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Coleta; poluição da água; solo contaminado; fossas; coletas em outras comunidades.</p>	<p>Redução de poluentes; perda de nutrientes; aumento de poluentes; local apropriado.</p>	<p>Falta educação ambiental frequente; falta de saneamento básico; falta do uso adequado da água; falta de colaboração das pessoas.</p>

### NOSSA SAÚDE

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Posto de Saúde da Família; agente de Saúde; médicos; benzedeiras; remédios naturais; estradas de acesso as comunidades e ao centro urbano; parteiras; e pouco espaço no PSF.</i>	<i>Acesso às famílias; acompanhamento das famílias; atendimento das famílias; a utilização da medicina natural; saúde da comunidade; o parto natural; o bem-estar da família.</i>	<i>Falta de transporte (ambulância); falta plantão 24 h; falta de transporte para os agentes de saúde; falta de médicos; poucas benzedeiras; falta de pontes e mais manutenção da estrada; falta de reconhecimento para as benzedeiras; pouco espaço no PSF.</i>

### NOSSO MEIO AMBIENTE

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Coleta de lixo; preservação da mata natural; menos queimadas; plantas nativas; animais silvestres; boa vontade; fazendas.</i>	<i>Ambiente mais limpo; menos assoreamento; menos erosão; manutenção da espécie; controle de insetos; realização; mais terras para quem não tem.</i>	<i>Falta de consciência; mais folhagem na terra para amortecer a queda da chuva; falta de saneamento; arborização; mais variedades de plantas; conscientização de todos; muitas terras na mão de poucos.</i>

### NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Trancelim, escolas, formações políticas; grupos de danças; transportes; banda de pífano; novenas; festas de São João; Festa de Nossa Senhora da Conceição.</i>	<i>O trancelim facilita a troca de conhecimentos; a escola facilita a aprendizagem; animação na comunidade fortalece a religião.</i>	<i>Estradas de difícil acesso; quadro de administração; poucos professores da comunidade; recursos financeiros; implantar uma escola quilombola.</i>

### NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Telefone público; grupos crioula vídeo; correio; telefone residencial. Televisão, convite boca-a-boca, celular.</i>	<i>Vizinhos, pessoas distantes, saber as notícias.</i>	<i>Comunicação de um setor para o outro; internet restrita; falta de antena para celular.</i>

### NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Muitos parceiros (ONG, Ministério de governo, etc...); associações rurais e outros grupos; mobilizações.</i>	<i>Fortalecimento para todos os grupos dentro do território; disseminação sobre desenvolvimento/projeto; mais conhecimentos; disponibilidade de novas oportunidades; resolver outros problemas dentro da comunidade; aproveitar/beneficiar outros; apoio e ajuda de parceiros do governo; acesso a políticas públicas; organização dos movimentos.</i>	<i>Comunicação; transporte; falta de interesse de outros agentes para participar; educação; dificuldade de aproveitar os serviços e programas porque tem muitos requisitos; falta para atender atividades de grupo; divulgação das informações; falta de união; falta de cooperação; dificuldade de outros sócios de grupo em levantar dinheiro para um projeto de grupo (contrapartida).</i>



### NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Produção agroecológica; monocultura (milho/feijão); criação de animais; produção artesanal.</i></p>	<p><i>Alimentos orgânicos; fortalecer a saúde; disponibilidade de produto orgânico dentro da comunidade; segurança alimentar; alimentação; adubação para a horta, roça; cultivo da terra; geração de renda; reciclagem; preservação ambiental.</i></p>	<p><i>Falta espaço; falta água; pouca chuva; precisa mais estratégia; comercialização; estrada; precisa de equipamentos; muita praga para atacar; falta de disponibilidade de outros produtos como hortaliças e frutas; pastagem; conflito com outros agricultores; roubar água (período de seca); doenças; processamento de produtos; animais; matéria-prima; escoamento; pouco pessoal; pouca participação de jovens.</i></p>



## ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

